
WHITAKER, Haiganoosh (ed.), WHITAKER, Harry A. (ed.).
Studies in neurolinguistics. New York : Academic Press Inc,
1976. v. 1.

Trata-se do primeiro volume da Coleção "Perspectives in Neurolinguistics and Psycholinguistics", editada por Haiganoosh & Harry Whitaker, do Departamento de Psicologia da Universidade de Rochester, Nova York. Os editores procuram compilar todo o material existente sobre Neurolingüística até 1976.

O livro apresenta um prefácio explicativo a cargo dos editores, seguido de nove artigos.

No Prefácio é caracterizada a Neurolingüística como uma ciência cujo objeto de estudo são as relações entre linguagem e cérebro e cuja importância está no fato de que a Neurolingüística possibilita a testagem de teorias de linguagem correntes através de evidências empíricas.

No primeiro artigo, Yvan Lebrun, da Universidade de Bruxelas, faz uma retrospectiva histórica do termo "neurolingüística" e dos estudos a ela relacionados. Apresenta três casos de pacientes com sintomas afásicos e defeitos articulatorios, correlacionando-os com modelos neurolingüísticos de língua e fala.

No segundo artigo, Esther Milner, da Universidade de Nova York, discute a maturação do sistema nervoso central e suas relações com a aquisição da linguagem; faz uma síntese da literatura neurolingüística concebida no século XX. Comenta estudos recentes de aquisição da linguagem, desenvolvimento cognitivo e substratos neurais de maturação da linguagem.

No terceiro artigo, George A. Ojemann, da Universidade de Washington em Seattle, apresenta os "mecanismos sub-corticais da linguagem", focalizando o papel dos núcleos talâmicos na linguagem, em especial no processo de nomear objetos.

No quarto artigo, Marc L. Schnitzer, da Universidade Estadual da Pennsylvania, aborda a questão do "Papel da Fonologia na Comunicação Lingüística" na busca de argumentos para verificar se o

sistema fonológico é um componente da comunicação auditivo-oral ou se é também um componente de outras formas de comunicação como a gráfico-visual, por ex.; apresenta casos de pacientes afásicos surdo-mudos e cegos, por usarem diferentes mesótipos na comunicação.

O quinto artigo, de Donnell F. Johns (Universidade do Texas) e Leonard L. La Pointe (Gainsville, Flórida) revê detalhadamente a literatura sobre desordens motoras da fala dentro do tema “Desordens Neurogênicas de Processamento de output”.

J. P. Mohr, do Hospital Geral de Massachusets, analisa a área de Broca (centro motor da fala) e a afasia de Broca, no sexto artigo.

Harold Goodglass, no sétimo artigo, engloba o histórico e as pesquisas correntes sobre Agramatismo, fornecendo evidências experimentais comprobatórias de que as deficiências lingüísticas incluem os aspectos morfológico, sintático e prosódico da linguagem.

Edgar B. Zurif (Universidade de Boston) e Alfonso Caramazza (Universidade John Hopkins), no oitavo artigo, “Estruturas Psicológicas na Afasia”, apresentam dados de que a compreensão depende de restrições semânticas e de que um indivíduo incapacitado de participação lingüística completa ainda retém estrutura cognitiva suficiente para conseguir uma comunicação adequada.

No último artigo, Alan B. Rubens (Centro Médico de Minneapolis), nos proporciona uma análise clínica, anatômica e comportamental da Afasia Transcortical Motora, fornecendo evidências sobre a iniciação espontânea da fala.

Devido ao grande uso de termos técnicos, esta obra pioneira é de alguma dificuldade para os não-iniciados. Todavia uma leitura mais aprofundada descortina novos e importantes horizontes no estudo da linguagem em suas relações com o cérebro, hoje possível graças à tecnologia de fim de século XX.

Recomendamos este compêndio para estudiosos da linguagem : psicólogos, lingüistas, neurologistas, fonoaudiólogos e demais interessados nas relações entre linguagem e cérebro.

Seladina Gomes de C. Barros

NASCIMENTO, Carlos Arthur R. *Santo Tomás de Aquino, o boi mudo da Sicília*. São Paulo : EDUC, 1992. 112p.

A Idade Média foi sempre julgada com determinados apriorismos, especialmente no que tange ao pensamento que nesse longo período se desenvolveu. É mais fácil rejeitar, preconcebidamente, tudo o que ela produziu do que buscar a fundo as obras da época e sobre elas debruçar-se com afinco e espírito crítico. Normalmente, a crítica já vem antes. Daí o tom pejorativo das expressões adjetivadas com o estigmatizado “medieval”.

É claro que, por outro lado, não deve ser contraposta a atitude apologética de se ver na Idade Média a expressão máxima do pensamento, especialmente do assim chamado Ocidente cristão. Isso é triunfalismo. É cântico ufanista de festejadores gratuitos que jamais se preocuparam com a verticalidade do pensamento, detendo-se no horizontalismo numérico dos textos produzidos. São os doutrinadores de cartilha comprometidos com o dogmatismo de um tempo que pretende ditar regras para outros tempos.

Mas, acreditamos que, hoje, pela contribuição de estudiosos sérios, pode-se ver a Idade Média como qualquer “idade”, onde não apenas o trigo cresce formoso, mas também as inevitáveis ervas daninhas. E, no que se refere a S. Tomás, um dos mais brilhantes pensadores do período, as últimas décadas têm dado a sua contribuição. É passado o tempo em que vigorava o “preconceito a favor”, ou seja, a difusão de manuais elaborados com uma sistemática comprometida, recebendo o beneplácito da instituição religiosa e orquestrados por clérigos que não sabiam outras melodias nem procuravam conhecê-las. Aliás, esse tempo, felizmente já passado, fez com que a obra do *Doctor Angelicus* fosse considerada a chave que poderia abrir todas as portas intrincadas das questões de Filosofia e Teologia. Sua contribuição foi negativa, pois não apenas cristalizou o pensamento do ilustre pensador, como deformou a escolástica, dando-lhe uma magnitude não pretendida na articulação do pensamento. Acontece, então, o inusitado, como assinala Roberto Gomes : “Tomás de Aquino é um dos autores pelo qual devemos ter o máximo de piedade, pois foi vítima do pior dos preconceitos, o preconceito a favor” (*Crítica da razão tupiniquim*. S. Paulo, Cortez, 1980, p.30). Aliás, Machado de Assis já havia deixado transparecer a rigidez cadavérica do Santo no delírio de Brás Cubas : “Logo depois, senti-me transformado na *Suma Teológica* de S. Tomás, impressa num volume, e encadernada em marroquim, com fechos de prata e estampas; idéia esta que dava ao corpo a mais completa imobilidade” (*Memórias póstumas de Brás Cubas*. S. Paulo, Ática, 1982, p. 19).

Respirando os ares destes novos tempos, surge a obra em epígrafe, de autoria de um dos mais profundos conhecedores do pensamento medieval Dr. Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento, professor do Departamento de Filosofia da PUC-SP. Não se trata de uma obra preconceituosa, embora deixe transparecer a natural admiração do autor como estudioso da vasta produção filosófica de S. Tomás. O texto é claro, ameno, vazado numa linguagem corrente que foge aos chavões filosóficos. Breve, sem deixar de ser preciso. Panorâmico, sem deixar de ser fiel à história e aos conceitos.

Sob o ponto de vista formal, fundamenta-se em dois eixos que, quase sempre, são a tônica de uma obra desse tipo : o homem e seu pensamento. Em relação ao homem, procura o autor lembrar a advertência de Umberto Eco, quando pergunta sobre o que faria S. Tomás, caso fosse vivo hoje. E responde : "... não reescreveria uma *Suma Teológica*. Ajustaria as contas com o marxismo, com a física relativista, com a lógica formal, com o existencialismo e com a fenomenologia. Não comentaria Aristóteles, e sim Marx e Freud. Depois mudaria o método argumentativo, que se tornaria um pouco menos harmônico e conciliante. E finalmente perceberia que não pode e não se deve elaborar um sistema definitivo, fechado como uma arquitetura, mas uma espécie de sistema móvel, uma suma com páginas substituíveis, porque em sua enciclopédia das ciências entraria a noção de provisoriedade histórica". ("Elogio de santo Tomás" in *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, p.342).

No que tange à obra, privilegia-se a *Suma Teológica*. Tal opção pode ser perfeitamente explicável : num pequeno trabalho, é impossível uma análise da grande produção intelectual de S. Tomás, como bem demonstra a relação dos principais escritos do filósofo, que aparece no final do pequeno livro, a partir de uma perspectiva cronológica. Além disso, como tem sido comum nos textos de pequeno porte, tais como os que fazem parte das coleções "Primeiros Passos" e "Tudo é História", da Brasiliense, e da coleção "Princípios", da Ática, há uma indicação bibliográfica muito bem feita atendendo ao sugestivo título "Para saber mais" (p.97ss).

Desse modo, parabenizamos a EDUC por ter incluído na coleção "Contraponto" o livro ora resenhado e parabenizamos o autor por ter-nos proporcionado uma pequena obra de grande valor didático.

Paulo de Góes

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *Bruxaria e história. As práticas mágicas no Ocidente cristão.* São Paulo, Ática, 1991. 174p.

A vida humana não se resume nos fenômenos facilmente dissociáveis pelas luzes da razão, como bem reconhece a mentalidade pós-moderna. A busca da fundamentação das realidades que superam a existência material é uma constante. Daí o surto, em nossos dias (pasmem os iluministas!), de obras que focalizam nada mais, nada menos que a bruxaria. Os livros de Paulo Coelho, por exemplo, autor de *Diário de um mago*, se colocam entre os mais vendidos ao lado de literatura congênere. E o próprio Paulo Coelho está disposto a defender seu *status* perante a intelectualidade brasileira, firmando-se como escritor na estrita acepção da palavra. Diríamos, numa linguagem talvez um pouco rançosa, que o homem secularizado de hoje, paradoxalmente, é vítima dos credos irracionais e de uma espiritualidade não oficial, ou seja, não digerida pelas grandes religiões, mas com o aval de seitas e até de indivíduos que criam um imaginário mágico capaz de, pelo menos circunstancialmente, atrair seus adeptos.

O Dr. Carlos Roberto Figueiredo Nogueira, professor de História Medieval na Universidade de São Paulo, aproveitando o material de sua tese de doutoramento apresentado à FFLCH da USP, em 1980, acaba de publicar um texto interessante pela Ática, Coleção de Ensaio, focalizando as práticas mágicas no Ocidente cristão durante a Idade Média. À luz do clima focalizado no primeiro parágrafo, entendemos ser oportuna tal publicação, não para legitimar as práticas de ontem ou de hoje, mas para se verificar a sinuosidade com que caminha o pensamento humano, especialmente no que concerne aos aspectos inefáveis das experiências religiosas.

O primeiro problema que o autor tenta trabalhar é o conceito de magia. Há aqui um universo conceitual onde se confrontam concepções diferentes, desde as que procuram a simples divulgação, e por que não dizer vulgarização de conceitos discutíveis, até as que pretendem estabelecer uma possível precisão de ordem conceitual. Nesse campo vasto se entrecruzam as definições do positivismo científico, dos enciclopedistas franceses, dos antropólogos que encaram a

religião sob a ótica evolutiva a partir de religiões primitivas como a prática heterodoxa da magia, da bruxaria, da feitiçaria. O autor firma uma diferença entre religião e magia. Esta última é profana e generalizadora e a primeira é prática social unificadora. A magia seria uma espécie de campo que preenche o vazio dos que se sentem incapazes de dissecar os fenômenos que o cercam, algo puramente lacunar que se coloca como substituto da *episteme* ou um subproduto de um mundo que nunca soube desmascarar as realidades mais profundas e candentes. A solução encontrada pelo autor no sentido de ver a magia como algo próprio das civilizações primitivas é, no mínimo, discutível, visto que muitos antropólogos preferem mais uma visão sincrônica, não um traçado histórico didaticamente dividido em fases sucessivas.

Outra questão de ordem conceitual é a diferença entre feitiçaria e bruxaria. Pelo rastreamento etimológico, *feitiçaria* traz consigo a idéia de “algo feito”, estando relacionado com o latim *fatum*, destino (p.26). A feitiçaria não é considerada pelo autor entidade maligna aprioristicamente identificável. Além de fazer parte do folclore, ela comporta um sentido prático, uma prestação de serviço de grande utilidade nos tempos medievais, ou seja, a cura ou amenização das doenças. Daí o beneplácito papal que, em determinadas ocasiões, se manifestou em relação as feiticeiras, como bem atesta a resposta de Alexandre IV, em 1258, aos inquisidores : “Os inquisidores da heresia daninha, comissionados pela Sé apostólica, não devem intervir em casos de divinação ou feitiçaria salvo se houver *sabor transparente* de manifesta heresia” (p.29). Entretanto, diferença substantiva entre feitiçaria e bruxaria não é dada pelo autor em termos conceituais e, sim, históricos : “... a feitiçaria constitui essencialmente uma *prática individual*, de caráter ‘urbano’, local privilegiado onde os problemas humanos, os ódios, as paixões, avolumam-se e ganham densidade, reclamando a presença de um intermediário no qual depositam as suas esperanças e desejos ... a *bruxaria*, prática mágica rural e de caráter coletivo, que assume junto ao imaginário de uma coletividade uma situação *passiva*, pois a opinião pública é mais importante na comprovação de sua existência que a idéia que faz de si mesma a sua protagonista no mundo mágico, a bruxa” (p.32).

O elemento feminino é um dado considerado interessante pelo autor, desde o reconhecimento da feitiçaria como fenômeno social arquetípico oriundo de antigos sistemas agrícolas de tendência matriarcal (p.30) até o tratamento do erotismo no universo mágico medieval, onde o feminino assume feições demoníacas (p.104-109). Aliás era a única manifestação possível da força da mulher fisicamente fraca, socialmente isolada e financeiramente des-

provida. Além disso, um dado importante é lembrado : “As mulheres tendiam a viver muito mais que os homens se sobrevivessem ao parto e durante as epidemias sua sobrevivência era muito superior : em alguns lugares, a taxa de recuperação era 600 por cento maior que a dos elementos masculinos. Em meio à tensão e ao pânico que acompanhavam as epidemias era comum suspeitar-se que uma mulher utilizava encantamentos para assegurar a sua sobrevivência ou mesmo restringindo a morte aos homens” (p.108-109). Esta mistura de erotismo e feitiçaria é muito trabalhada pelo autor evidenciando que, no pensamento medieval (e, em certo sentido, ainda hoje) era vista potencialmente como artesã demoníaca desprezível pelo discurso oficial da religião cristã quando utilizava tais encantamentos, mas, ao mesmo tempo, ajuste intermediário entre a amarga realidade da vida e mundo do prazer. Em outras palavras, não obstante a rejeição oficial da comunidade, os homens não podiam prescindir de tais ofertas.

O autor procura, por outro lado, transpor os limites históricos oferecidos pelo estudo documental e fenomenológico para situar a questão num universo mais amplo, ou seja, o universo da psiquê humana. “Universo onde se estrutura o ‘equipamento mental’ do qual se utiliza toda uma época, para responder às suas indagações e buscar soluções, reais ou imaginárias, bem como o posicionamento de vida frente a todo o universo que a circunda” (p.5). Essa tarefa é cumprida nos capítulos 10 e 11, onde a magia é tratada em sua relação com o inconsciente através dos arquétipos do universo mágico e o mental coletivo é dissecado sob a ótica conceitual do mal e o aparecimento histórico da heresia.

Naturalmente, não poderia faltar o estudo dos mecanismos repressivos de que a Idade Média se utilizou em relação à magia, à feitiçaria e à bruxaria. Alguns casos são privilegiados pelo autor através do estudo de processos que envolveram o doutor Eugenio de Torralba, em pleno Renascimento espanhol (1485), o de Catalina de Tapia (1532 - 1535), o de Necate de Urrugne (início do séc. XVII), o de Suzanne Gaudry (também no séc. XVII).

Completa a obra uma extensa bibliografia. Há menção de fontes manuscritas, um bom número de artigos de periódicos e obras de referência, além, evidentemente, de textos mais específicos sobre o assunto.

Paulo de Góes

SOUZA, Paulo Natanael Pereira de. *Estrutura e funcionamento do Ensino Superior Brasileiro*. São Paulo : Pioneira, 1991.

Paulo Natanael Pereira de Souza é um nome conhecido e respeitado na literatura pedagógica nacional e estrangeira, por sua participação na vida educacional brasileira, onde ocupou os mais variados cargos : foi professor do magistério superior em diversas faculdades – Educação e Economia –, secretário de Educação e Cultura do município de São Paulo, membro do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, presidente do Conselho Federal de Educação, uma das maiores autoridades em política e planejamento de Educação, autor de diversas obras na área da Educação.

A obra em questão – Estrutura e funcionamento do Ensino Superior Brasileiro – está dividida em três partes :

Parte A - Ensino Superior Brasileiro : após um capítulo inicial, em que conceitua o ensino superior distinguindo-o do ensino universitário, o autor discrimina, no capítulo seguinte, o que seja micro e macro-educação, no tocante ao ensino superior; num capítulo desta parte, historiciza o ensino superior brasileiro desde a época colonial, passando pela monárquica, imperial e republicana, diferenciando o surgimento do ensino superior da colônia portuguesa, que então o Brasil era, daquele nas colônias inglesas e castelhanas da América.

Parte B - Macroeducação : esta segunda parte da obra compreende seis tópicos :

1. Constituições e sistemas de ensino, analisadas tanto historicamente desde 34 até 88, passando pelas de 37, 46, 67, 69 e 88, como no seu conteúdo de rede escolar, legislação específica, órgãos administrativos, limites jurisdicionais e competências específicas.

2. Dos Sistemas de Ensino, diferenciando sistemas fechados e abertos, segundo a filosofia que norteia a ação educacional.

3. Órgãos superiores de Administração dos sistemas de ensino, que são os Ministérios, os Conselhos e as Secretarias.

4. As Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : a 4024/61, 5540/68, 5692/71, 7044/82 e a atual - 1258/88, em tramitação em Brasília.

5. O Plano Nacional de Educação : esboçado desde 34, e elaborado em 62 pelo CFE, passando depois por sucessivas siglas e modificações : PED - Programa estratégico de desenvolvimento, Metas e Bases, Plano Setorial de Educação e Cultura I (72/74), II (75/79) e III (80/85).

6. Uma Nova Política Educacional, que engloba três propostas radicais : autonomia universitária, exame de habilitação profissional e serviço civil obrigatório.

Parte C - Microeducação : esta terceira parte compreende nove tópicos :

1. Introdução : coloca a natureza e a função dos componentes dos sistemas de ensino.

2. Instituições de Ensino Superior : diferenciando os institutos isolados das universidades, caracterizadas estas pela palavra-chave – integração, tanto acadêmica como administrativa.

3. O Governo das Instituições de Ensino Superior, distinguindo as instituições públicas ou oficiais das instituições privadas ou particulares.

4. Tipos e modalidades de Cursos Superiores, a saber, graduação, extensão, aperfeiçoamento, especialização e pós-graduação.

5. Currículos mínimo e pleno, o primeiro regulamentado pelo CFE e o segundo pelas instituições de ensino superior, respeitada sua autonomia e os objetivos dos respectivos cursos.

6. Corpo Docente : analisa as condições mínimas normais, para exercer atividade docente (especialização, mestrado e doutoramento) e as excepcionais, como experiência profissional / - docente, publicação científica e participação em congressos.

7. Pós-Graduação : distinguindo “lato sensu” - cursos de especialização e aperfeiçoamento, e “stricto sensu” – cursos de mestrado e doutoramento.

8. Financiamento da educação : analisa as fontes das receitas destinadas a cobrir as despesas com educação, o que coloca o problema do ensino pago x gratuito.

9. Corpo Discente : no dizer do autor “chegou a vez de falar do aluno, a própria razão de ser do ensino, elemento subs-

tantivo, alfa e ômega da educação”, seus direitos e deveres e suas formas de participação na vida universitária.

O anexo contém textos básicos de referência e consulta sobre vários temas abordados na obra, escritos por autoridades educacionais do porte de Newton Sucupira (*Condição Atual da Universidade*), Laerte Ramos de Carvalho (*Ensino Superior e Universidade*) e Paulo Ernesto Tolle (*Sistemas de Ensino*). Combinando conhecimentos e vivências, o autor inova na metodologia de abordagem de um tema já esclarecido em nível de primeiro e segundo graus do ensino por BREJON, ao mesmo tempo que, suprimindo falha existente na esfera do ensino superior, preenche lacuna há muito sentida no setor educacional.

A obra será, de agora em diante, indispensável como leitura e referência bibliográfica, tanto para professores como para alunos das diversas licenciaturas, especificamente a licenciatura em Pedagogia, e também para alunos dos cursos de pós-graduação.

Maria Helena Grohmann Rodrigues de Paula